



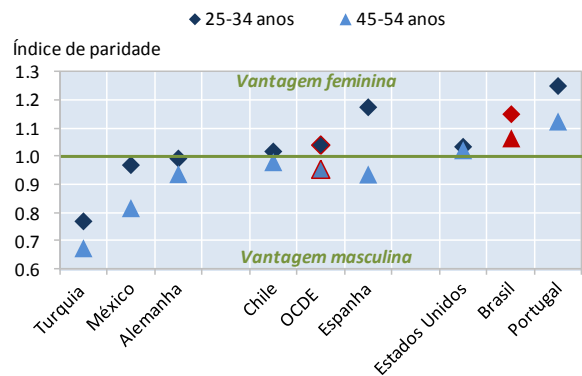
As desigualdades e a pobreza têm sido reduzidas e o desempenho das meninas é superior ao dos meninos na área da educação, mas as disparidades nos resultados do mercado de trabalho e na representação política persistem.

O debate sobre as questões relativas ao gênero no Brasil é, de modo geral, expresso através de noções de desenvolvimento econômico "equitativo", dado que a pobreza e as desigualdades em matéria de rendimentos são preocupações fundamentais no plano das políticas sociais. O forte crescimento econômico no Brasil tem contribuído para uma considerável redução da pobreza, desde o início dos anos 90: a pobreza avaliada em relação ao limiar nacional de pobreza baixou de 35% para menos de 20% no decorrer dos últimos 20 anos. Se esta avaliação for feita levando em conta os valores padrões de pobreza na OCDE de 50% dos agregados familiares medianos equivalentes, cerca de 30% dos brasileiros são pobres.

Como ocorre na maior parte dos países da OCDE, as moças no Brasil têm mais probabilidades do que os rapazes de terem [completado o segundo grau](#) (56% das jovens de 25-34 anos contra 49% de rapazes na mesma faixa etária). A Bolsa Família (e a sua antecessora Bolsa Escola) – programa brasileiro de transferência condicionada de renda que exige dos beneficiários que matriculem os seus filhos na rede escolar – tem contribuído para aumentar os níveis de matrícula de meninas nas escolas, particularmente na região historicamente desfavorecida do Nordeste brasileiro. Apesar disso, as disparidades entre os sexos na área da educação permanecem: um número mais elevado de rapazes do que de moças cursa formações de matemática e informática no âmbito da educação universitária.

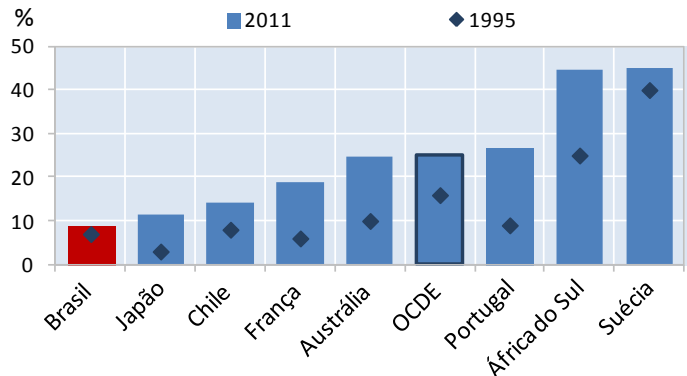
As meninas apresentam vantagem a longo prazo na obtenção de habilitações ao nível do segundo grau

Índice de paridade entre os sexos para a percentagem da população que atingiu pelo menos o segundo grau, por idade, em 2009



A proporção de mulheres parlamentares é a mais baixa, comparada com a dos países da OCDE

Percentagem de cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres



Desde 1990, o Brasil tem reduzido as disparidades entre os sexos na participação da força de trabalho em cerca de 50% e apresenta hoje um quadro comparativo favorável em relação aos países da OCDE na região (México e Chile). Apesar disso, o índice de [emprego](#) ainda é consideravelmente mais alto para os homens (86,3%) do que para as mulheres (61,2%). As desvantagens no mercado de trabalho começam cedo para as mulheres brasileiras: a proporção de pessoas com idade de 15 a 24 anos que não estão empregadas e que não se encontram em processo de instrução ou de formação (grupo NEET) é de 25% para as mulheres, mas de apenas 12% para os homens, sendo que este quadro continua ao longo das respectivas carreiras profissionais, pois a 15%, o índice de disparidade entre os sexos em matéria de remuneração no Brasil se aproxima da média da OCDE.

No Brasil, a parcela de mulheres empregadas que possuem uma empresa com funcionários (2,7%) é mais alta do que a média da OCDE (2,2%). A maioria, porém, das empresas possuídas por mulheres é constituída por microempresas, que muitas vezes operam no setor informal. Mais de 60% das mulheres (contra 50% dos homens) que iniciaram uma microempresa informal realizaram este empreendimento sem necessidade econômica, não tendo outras opções de percepção de rendimentos. O "Microempreendedor Individual" (MEI), programa introduzido em 2009 com a finalidade de reduzir a informalidade entre empresários de

baixos rendimentos através de registro, facilitou a formalização de empresas possuídas por mulheres, notadamente no Nordeste brasileiro (Maranhão, Piauí, Ceará e Sergipe).

O Código Civil brasileiro oferece um sólido quadro legal para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, tendo também introduzido leis abrangentes com vista ao combate à violência contra mulheres (por exemplo, a Lei "*Maria da Penha*"). Isto se reflete no Índice Geral de Instituições Sociais e de Gênero de 2012 (o índice da OCDE que enfoca as instituições sociais que constituem discriminação contra as mulheres), segundo o qual o Brasil ocupa a 8ª posição entre 86 e a 6ª entre 17 para os países latino-americanos. Todavia, as mulheres ainda têm baixa representação política. Embora a proporção de membros femininos no Parlamento (parlamento unicameral ou câmara de deputados) tenha aumentado na maioria dos países da OCDE, o Brasil, com o índice de 10%, apresenta a mais baixa proporção e não registrou nenhuma evolução no decurso da última década.

(Version in English next page)

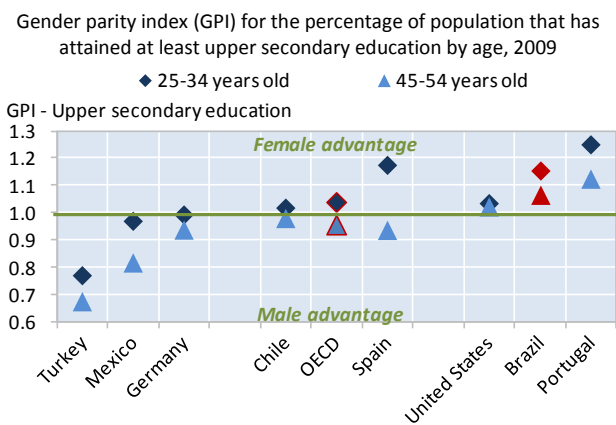


Inequality and poverty are declining and girls outperform boys in education but gender gaps in labour market outcomes and political representation persist.

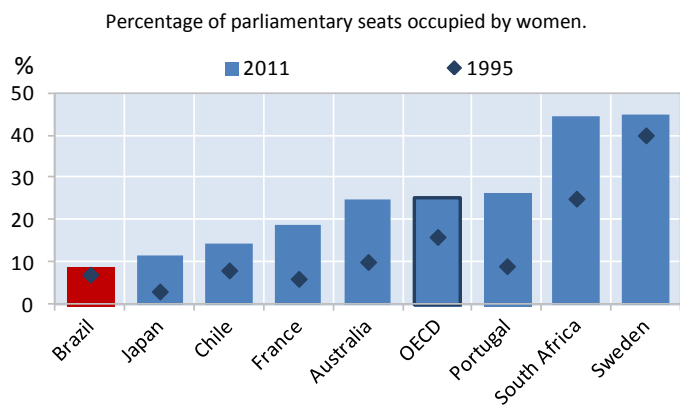
The gender debate in Brazil is generally phrased in notions of ‘fair’ economic development, as poverty and income inequality are key social policy concerns. Strong economic growth in Brazil has contributed to a significant decline in poverty since the beginning of the 1990s: poverty measured against the national poverty line fell from 35% to under 20% over the last 20 years. When measured against the standard OECD poverty benchmark of 50% of median equivalised household –about 30% of Brazilians are poor.

As with most OECD countries, young women in Brazil are more likely than young men to have completed [upper secondary education](#) (56% of 25-34 year old women vs. 49% of men of the same age). *Bolsa Familia* (and its predecessor *Bolsa Escola*) – Brazil’s conditional cash transfer programme that requires recipients to enrol their children in school – will be contributing to improved enrolment of girls in school, particularly in the historically disadvantaged northeast of the country. Nevertheless, gender gaps in education remain: more young men than women follow mathematics and computer science degrees in tertiary education.

Girls have a long-term advantage in upper secondary educational attainment



The proportion of women in parliament is the lowest compared with OECD countries



Since 1990, Brazil has reduced its gender gap in labour force participation by about half, and now compares favourably to OECD countries in the region (Mexico and Chile). Nevertheless, the [employment rate](#) is still considerably higher for men (86.3%) than for women (61.2%). Labour market disadvantage starts early for Brazilian women: the proportion of people aged 15-24 years not in employment, education, or training (NEETs) is 25% for women but only 12% for men. And continues throughout their career: at 15%, Brazil’s gender pay gap is around the OECD average.

In Brazil the share of employed women who own a business with employees (2.7%) is higher than the OECD average (2.2%). However, the majority of businesses owned by women are micro-enterprises, often operating in the informal sector. Over 60% of women (versus 50% of men) who started an informal micro-enterprise did so out of economic necessity, not having other options to earn an income. The “*Microempreendedor Individual*” (MEI), a programme introduced in 2009 to reduce informality among low-income entrepreneurs via registration, facilitated women’s business formalization, especially in the north east of Brazil (Maranhão, Piauí, Ceará, and Sergipe).

Brazil's Civil code provides a strong legal framework to promote equality for women and men, and has also introduced comprehensive laws to address violence against women (the ‘*Maria da Penha*’ law) This is reflected in the 2012 Social Institutions and Gender Index (the OECD index to capture discriminatory social institutions against women) according to which Brazil is ranked 8th out of 86 and 6th out of 17 for Latin American Countries. However, women have still low political representation. While the proportion of female members of parliament (single chamber or lower house) has increased in most OECD countries, at 10% Brazil has the lowest proportion and has not showed any improvement in the last decade.